

20.março.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada**
David Nunes, Miguel Carretas e Prata de Oliveira

Recebidos por: Deputados Maria da Conceição Pereira (PSD, que presidiu à audiência), Michael Seufert (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP).

Exposição: Os representantes da Associação para a Gestão da Cópia Privada (AGECOP) referiram a sua perplexidade, porquanto desde 2004 vêm chamando a atenção para o facto de a lei estar desadequada e gerar um prejuízo enorme à Associação, realçando a necessidade de revisão da mesma, com uma nova lei ou não, mas com uma lei adequada.

Salientaram que a lei atual prevê uma compensação equitativa, mas aquela que existe neste momento já não o é, referindo que o mercado cresce e a remuneração da cópia privada e as receitas da AGECOP diminuem, informando que em 2013 preveem faturar apenas 10% daquilo que faturaram em 2006.

Realçaram que na Europa há atualização permanente, referindo, a título exemplificativo, que em França foi feita nova atualização em 1/1/2013 e indicando que em Inglaterra, aonde não há taxas, está a ser estudada esta hipótese.

Fizeram ainda uma comparação entre as receitas da indústria e da cópia privada, referindo que as taxas desta correspondem a cerca de 0,06% das receitas das entidades da indústria, que são nomeadamente asiáticas.

Reiteraram a urgência em relação à alteração da lei e informaram que o Governo tem um anteprojeto que conhecem e que já foi discutido no Conselho Nacional de Cultura, esperando que venha rapidamente para a Assembleia da República e seja aprovado. Renovaram a indicação de que as tarifas não têm atualização desde 2004.

Referiram que a permissão de fazer cópia privada é uma exceção ao direito de autor, dos editores, dos produtores, etc, podendo o legislador prever essa exceção ou não. Existindo essa exceção, como acontece na lei portuguesa, estabelece a legislação comunitária que deve haver uma compensação e que a mesma deve ser adequada. Defenderam que já em 2004 a compensação não era adequada e hoje ainda o é menos, quer pelo valor cobrado pelos suportes, quer pelos que estão incluídos, salientando que atualmente há muito mais suportes, devendo a legislação ser ajustada a essa situação.

Admitindo o alargamento necessário, equacionam qual a forma de cobrar a compensação e de a distribuir, referindo que na Europa (com exceção da Espanha, em que a compensação é feita pelo Estado) a mesma incide sobre os suportes. Salientaram ainda que o aumento das compensações não irá repercutir-se integralmente no consumidor e que o mercado competitivo regulará os preços e procederá ao seu ajustamento.

Por último, indicaram que o Governo, no seu anteprojeto, introduz uma alteração nas tarifas e prevê mais exceções, considerando essa proposta aceitável.

No que respeita à reprografia, referiram que também há necessidade de compensação e que os respetivos pontos de vista foram levados em conta pelo Governo, no Conselho Nacional de Cultura.

Interveio de seguida o deputado Miguel Tiago (PCP), informando que o Governo ainda não remeteu a iniciativa ao Parlamento. Referiu depois que o PCP não discorda da existência de uma compensação indemnizatória, mas esta deve ser proporcional ao prejuízo e este não se consegue apurar duma forma quantificada, já tendo sido solicitado informação à AGE COP, que não permitiu uma conclusão. Informou ainda que o PCP apresentou um projeto de lei que eliminaria a discussão sobre a cópia privada.

Manifestou ainda algumas reticências em relação ao direito do editor, que não tem direito de autor. Em termos gerais, manifestou precaução em relação às taxações.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) informou que não conseguem encontrar um denominador comum em relação à posição da AGE COP e já tornaram isso claro. Referiu que o Governo aconselhou-se com o Conselho Nacional de Cultura e o CDS-PP não conhece o projeto respetivo.

Defendeu que a lei não deve ser alterada apenas por as receitas da AGE COP estarem a diminuir, entendendo que estas só podem aumentar se o dano crescer e que a relação com este não é fácil. Assim, aguardam a proposta do Governo e as taxas que esta incluir.

Pedi os valores brutos da receita da AGE COP nos últimos anos e referiu depois a situação noutros países, nomeadamente na Espanha, em que o Governo inscreveu uma verba de compensação de 5.000.000€, que proporcionalmente corresponderia a cerca de 1.000.000€ em Portugal e bem assim o caso do Reino Unido, em que não há taxas compensatórias.

Por último, informou que o CDS-PP não tomará nenhuma iniciativa e aguardará a do Governo, tendo realçado que entende que talvez haja necessidade de ajustamento para a situação da reprografia.

A deputada Conceição Pereira (PSD) referiu que compreendem as preocupações, mas o assunto não é fácil, havendo opiniões diversas no Parlamento e na Europa, tendo realçado que o [Projeto de Lei n.º 118/XII/1ª, da iniciativa do PS, que Aprova o regime jurídico da cópia privada e altera o artigo 47.º do Código do Direito de Autor e Direitos Conexos](#), não reunia consenso. Aproveitou ainda para pedir à AGE COP alguns elementos que considerem relevantes, para permitirem a preparação dos deputados.

Por fim e em resposta às questões colocadas e às observações feitas, os representantes da AGE COP salientaram que a soma dos prejuízos dos vários setores é muito difícil de obter. Referiram que os editores, nalguns casos, também são autores. Informaram que enviarão os resultados da Associação posteriores a 2004.

Defenderam que entendem haver uma relação direta entre a diminuição de receitas, o aumento do mercado e o não crescimento das taxas, referindo que a não atualização destas representa austeridade sobre austeridade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Pediram, depois, que não se deixe de dar atenção à matéria da cópia privada, referiram que vão remeter mais elementos para discussão, lembraram que a matéria está no Programa do PSD e fora dos prazos previstos e salientaram que a indústria criativa é essencialmente nacional.

Por último, referiram que estão à disposição e esperam ação, defendendo que a questão é simples, embora complexa.

A documentação da audiência e a respetiva gravação encontram-se disponíveis na [página da Comissão, na Internet.](#)

Palácio de São Bento, 20 de março de 2013

A assessora
Teresa Fernandes